

PATRIMÔNIO CULTURAL EM BELO HORIZONTE: BAIRRO SANTA TEREZA

MODELOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA: UMA CARTILHA DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARTICIPADA

Isadora Lage Bistene¹

isadorabistene@gmail.com.br

ÁREA: MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO

Resumo

Em intuito deste trabalho tem-se à apreciação da trajetória, da concepção e implantação do construído urbano por meio da conservação do patrimônio histórico; provida pela criação de uma cartilha de conservação com gestão participativa que visa atender as necessidades, os anseios, os desejos e as exigências levantadas pela comunidade. Dentre os tópicos abordados nesta pesquisa, há as dimensões da implantação da política de proteção, relacionando-a com eventos do movimento participativo da Associação de Bairro de Santa Tereza como um destaque na luta pela proteção do Patrimônio Histórico Cultural, poder público e interesses econômicos. Serão pesquisadas as edificações tombadas em nível municipal de várias ruas do Bairro. Como Rua Eurita, Praça Duque de Caxias e Hermilo Alves – localização da Vila Ivone. A Vila Ivone, um “conjunto dentro de um conjunto”, é agredida de patologias que requerem intervenção conservativa para sua manutenção. Entretanto, foi preservada a conformação urbana de vila mantendo a ambiência e solução urbanística adotada; resguardando o agenciamento da época, se destaca como remanescente de vilas contra a evidente degradação no contexto político e urbano. A manutenção e conservação destas edificações é uma forma de manter viva a memória de um estilo arquitetônico que se perde no Bairro Santa Tereza. Deste pensamento surgiu a proposta com foco na sustentabilidade de intervenções da conservação urbana e edificada histórica: um modelo participativo de prevenção através de uma cartilha de conservação e manutenção construída junto à comunidade e entregue a ela. A cartilha assume uma importância que vai além das arquiteturas e estilos.

Palavras-chave: Patrimônio cultural
Gestão participativa
Conservação preventiva

1

Estudante de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais no curso de Arquitetura e Urbanismo

PATRIMONIO CULTURAL EN BELO HORIZONTE: BAIRRIO SANTA TEREZA

MODELOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA: UMA CARTILHA DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARTICIPADA

Isadora Lage Bistene²

isadorabistene@gmail.com.br

AREA: MANTENIMIENTO Y RESTAURACIÓN

Resumen

A propósito de este trabajo se tiene a la apreciación de la trayectoria, de la concepción e implantación del construido urbano por medio de la conservación del patrimonio histórico; que se provee por la creación de una cartilla de conservación con gestión participativa que pretende atender las necesidades, los anhelos, los deseos y las exigencias planteadas por la comunidad. Entre los tópicos abordados en esta investigación, hay las dimensiones de la implantación de la política de protección, relacionándola con eventos del movimiento participativo de la Asociación de Barrio de Santa Tereza como un destaque en la lucha por la protección del Patrimonio Histórico Cultural, poder público e intereses económicos. Se investigarán las edificaciones tomadas a nivel municipal de varias calles del Barrio. La Vila Ivone es agredida de patologías que requieren intervención conservadora para su mantenimiento. Sin embargo, se preservó la conformación urbana de villa resguardando el agenciamiento de la época, se destaca como remanente de villas contra la evidente degradación en el contexto político y urbano. El conservación de estas edificaciones es una forma de mantener viva la memoria de un estilo arquitectónico que se pierde en el Barrio Santa Tereza. De este pensamiento surgió la propuesta con foco en la sostenibilidad de intervenciones de la conservación urbana y edificada histórica: un modelo participativo de prevención a través de una cartilla de conservación y mantenimiento construida junto a la comunidad y entregada a ella. La cartilla asume una importancia que va más allá de las arquitecturas y estilos.

Palabras clave: Patrimonio cultural
Gestión participativa
Conservación preventiva

Introdução

Para este artigo se propõe uma reflexão sobre a gestão participativa da comunidade ou grupo familiar na elaboração de uma cartilha de projeto de conservação preventiva de um bem tombado, seja em sua arquitetura ou ambiência e planejamento urbano. A discussão de uma forma de aplicação de técnicas de preservação e conservação em diferentes níveis de conhecimento tem crescido progressivamente no meio acadêmico (1), a associação de textos ilustrados e conceitos científicos servirão então, como um meio de comunicação eficiente, de fácil leitura e interpretação. Tem-se a necessidade de um grupo familiar ou uma comunidade de possuir temas relacionados à proteção de um bem material imóvel abordados em níveis de ensino e fácil entendimento, visto que tais conhecimentos proporcionam um mínimo de compreensão do funcionamento da política do patrimônio histórico-cultural e dos projetos de restauro e conservação a um âmbito de fácil acesso (2).

Concentrando-se no Bairro Santa Tereza, localizado na região leste de Belo Horizonte, Minas Gerais, é rodeado pela Avenida Silviano Brandão, Avenida do Contorno e Avenida dos Andradas, importantes vias de tráfego de veículos. Sua comunidade possui um diferencial que é impossível negar: o orgulho pelo seu patrimônio arquitetônico e cultural. Com uma história como um dos primeiros aglomerados de construções de Belo Horizonte fora dos limites da Avenida do Contorno, cada passo conquistado para o surgimento do Bairro Santa Tereza possui uma grande importância e valor para sua população. Com deferência e valia, suas construções e contos passados por sucessões de moradores ganharam referência entre tais e grandeza e orgulho para gerações seguintes. Movimentos foram surgindo. Reuniões sendo geradas. Congregações sucedendo (3). A conscientização cresceu e evoluiu para o que existe hoje. Desde que foi efetivada a proteção de um bem tombado em âmbito federal com a criação de diretrizes de proteção através de dossiês de tombamentos elaborados pela Diretoria de Patrimônio Cultural, muitos ainda se opõem a ideia por não o entender ou não ter condições de elaboração de um projeto de conservação do bem. Estas dificuldades criaram uma visão de difícil aproximação da população e com isso uma indiferença pelo bem histórico e o patrimônio da cidade de Belo Horizonte. Sendo visto apenas como impedimento para lucros através de fins do meio imobiliário, o tombamento não é bem aceito pela comunidade.

Para trazer uma nova ideia de proteção, a criação de um orgulho de conservação do bem imóvel protegido, e permitir uma aproximação entre a população e a ideia de Patrimônio Cultural, tem-se a elaboração de uma cartilha de gestão e conservação participativa do patrimônio construído, propondo assim, uma nova visão sobre o tema. Demonstrar que é possível obter um exemplar de projeto de modelo de conservação e restauro acessível a qualquer um que possua um ideal de proteção de sua memória e identidade; espalhando um conhecimento que poderá ser utilizado por todos do Conjunto, moradores ou não, e manter na intriga um marco do bairro. Desenvolvendo um modelo de criação de conhecimento participado no patrimônio que poderá ser repetido em outras situações, pois permite através da cartilha abordagem abrangente e integrada de todos os aspectos da atividade envolta do patrimônio. Face aos perigos reais de uniformização e despersonalização das cidades que o urbanismo contemporâneo tem provocado em todo o mundo, a conservação dos conjuntos históricos reveste-se de grande importância para as populações que procuram preservar a sua verdadeira dimensão cultural e sua identidade (4).

A fundamentação da pesquisa foi feita baseado na legislação e autores da área de atuação estudada. Para o resultado alcançado foi utilizado de técnicas exploratórias, descritivas e

explicativas, mediante métodos de pesquisa de trabalho de campo e bibliográfica. Nestes passos devem-se analisar as leis que protegem e que regularizam os meios de ação para arquitetos e pesquisadores. Sabe-se que para se realizar uma intervenção de restauro é necessário que este seja acompanhado de procedimentos e estudos necessários sobre o objeto em questão. Em Belo Horizonte, temos vários exemplos de leis e decretos através do Iphan, Iepha e da Prefeitura de Belo Horizonte para proteger e ajudar na procedência a seguir sobre áreas protegidas. Temos a Lei 5775 (5), de 30/09/1971 de 30/09/1971 que autoriza o Poder Executivo a instituir, sob forma de Fundação, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) e dá outras providências; o Decreto 42505 (6), de 15/04/2002 que institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais; a Lei delegada 170 (7), de 25/01/2007 (texto original) cria o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP e dá outras providências; e por fim o Decreto 45850 (8), de 28/12/2011 que contém o Estatuto do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG.

Teve um esforço, por parte das instituições prepostas, de definir com melhor clareza também a tipologia de intervenção no objeto construído. Resumidamente, tem-se mais comumente a conservação – um conjunto de ações destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem cultural; a reparação – conjunto de operações para corrigir danos incipientes e de pequena repercussão; reconstrução – conjunto de ações destinadas a restaurar uma edificação ou parte dela, que se encontre destruída ou em risco de destruição, mas ainda não em ruínas; restauração ou restauro – conjunto de operações destinadas a restabelecer a unidade da edificação, relativa à concepção original ou de intervenções significativas na sua história; e o projeto de preservação – sendo a preservação qualquer ação em benefício do bem cultural nas áreas de identificação, proteção, conservação e promoção, um projeto de preservação pode atingir qualquer uma dessas áreas.(9)

O Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza

Atualmente, o Bairro Santa Tereza possui uma população de 15,607 mil habitantes com uma faixa etária predominante entre 15 e 64 anos. Tem-se que em Santa Tereza existem mais idosos do que jovens. (10) Outro fato marcante é que o bairro ficou conhecido, no início do século passado, como a região do *isolado*, por existir no local que hoje abriga o Mercado Distrital de Santa Tereza, um hospital que tratava pacientes com tuberculose, doença respiratória considerada incurável na época. Teve também vários nomes, tais como Colônia Américo Werneck, Bairro da Imigração, Alto do Matadouro, Bairro do Quartel e Fundos da Floresta. Somente em 1928 recebeu a sua atual denominação. A beleza arquitetônica de suas casas, a variedade de opções de diversão, as atividades culturais diversificadas, como as casas de seresta e as feiras de artesanato, atraem turistas e pessoas de todas as partes da cidade (10).

A formação urbanística do Bairro Santa Tereza remete aos trabalhos desencadeados pela Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais (11) ainda no final do século XIX. Para a zona suburbana na qual se insere o Bairro Santa Tereza, abrangia grande parte da 7ª suburbana e definiu-se um parcelamento de lotes com um traçado mais flexível ao oposto das outras áreas. Esta, foi delimitada a partir de tramas de ruas e avenidas ortogonais, superpostas e deslocadas a 45°, circundadas pela futura Avenida do Contorno. O início das ocupações oficiais e não oficiais foi, por grande parte, devido as interrupções parciais das vias do bairro que se iniciaram aproximadamente durante a década de 70 e 80. As edificações regulares acompanharam seu

loteamento proposto inicialmente por tramas ortogonais, já as que podem ser chamadas de “ocupações espontâneas” se deram em formas de Vilas e até mesmo as primeiras aglomerações de origem das favelas conhecidas atualmente.

O urbano da cidade é heterogêneo, representando as relações sociais e econômicas da área, cada parte assumindo características que lhe competem identidade própria (12). Parte, fruto da vivência que os moradores experimentam, conferindo-lhe uma configuração que a diferencia. Com isso, acabam por ser reconhecidos como relevante e passam a representar uma forte referência para Belo Horizonte. A identidade e valor adquirido pode variar entre: a história da cidade, a cultura local e o tipo de ocupação ou de uso. Essas áreas começam a demandar um tratamento diferenciado e direcionado a protegê-lo e valorizá-lo. Foi através da DPAM (Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha) que se iniciou a criação de Conjuntos Urbanos Protegidos, criada na década de 80 com o início de movimentos de consolidação da política de proteção de bens culturais em Belo Horizonte.

A legislação sobre o patrimônio histórico construído em Belo Horizonte é fortemente influenciada pelas reflexões que em nível internacional estavam sendo desenvolvida. Neste sentido é reconhecida como referência internacional a Carta de Restauro de 06 de abril de 1972, divulgada pelo Ministério da Instrução Pública da Itália (Documento sobre Restauração) na qual foi baseada a política de proteção no Brasil, conforme pode ser encontrado no Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano Protegido Bairro Santa Tereza publicado em março de 2015 (13). E, também, para uma melhor compreensão da história brasileira com seu quadro político e econômico da época com a menção de patrimônio – e seu significado e, agora, importância – na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Foi através das alterações desta Constituição Brasileira que foi reconhecida a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento. A preservação do patrimônio cultural e do bem imóvel pode ser destacada em dois conceitos distintos, porém interligados: O Legal e o Educacional. A proteção de base legal necessita de instrumentos infraconstitucionais. Entretanto, a proteção de base educacional volta para a implementação do conceito de patrimônio e preservação o bem cultural de acordo com o público-alvo a quem se dirige: através de registros acadêmicos, comunicação em massa, e a transferências – aquela mais pertinente para o nosso caso estudado, de informações através da prática e da cartilha elaborada em maneira participada apresentando à comunidade com projetos culturais no intuito de conscientizá-la da importância da preservação do patrimônio cultural e do bem imóvel e urbano em estudo.

O diferencial do Bairro Santa Tereza

A participação de diferentes grupos sociais e a cooperação entre o estado e a comunidade de bairros é uma ideia que já está em prática através de formulação e execução de políticas de preservação do patrimônio. “A educação patrimonial decorre do princípio da participação comunitária na preservação do patrimônio cultural, acima estudado, além de ser uma imposição constitucional expressa (14)”. Lutas como as realizadas pelo grupo de Associação Comunitária de Bairro de Santa Tereza com a criação do Movimento “Salve Santa Tereza” e a publicação do documento conhecido como “A história e a cultura de Santa Tereza devem ser preservados” são raridades entre a população de outros bairros. Com isso, o Bairro Santa Tereza possui uma história incomum ao ser comparado a outros conjuntos urbanos protegidos. O Movimento Salve Santa Tereza (15) foi criado a partir de um grupo de moradores que se organizaram pleiteando à

Câmara Municipal a aprovação de uma área de diretrizes especiais (ADE) no bairro Santa Tereza. Foi com a Lei de nº 7.166/96 que se cria a **ADE Santa Tereza** (Área de Adensamento Especial) que deferiu parâmetros urbanísticos de proteção das características da ocupação histórico-cultural e do uso predominantemente residencial do bairro. Nesse sentido, a regulamentação da ADE definiu diretrizes de altimetria e constituiu-se como instrumento de proteção cultural. Com o Orçamento Participativo, inaugurado em 1994, a população passou a ser efetivamente envolvida nas decisões sobre os investimentos públicos. “Assim, pode-se usar dispositivos para incentivar a preservação das edificações ou a manutenção da volumetria a fim de manter a visibilidade de um bem tombado.” (16)

No final da Década de 90, em 1996, a ACBST entendeu que também era importante garantir a proteção do bairro por meio de deliberação do CDPCM/BH (Concelho Deliberativo Patrimônio Cultural Município de Belo Horizonte). Nesse sentido, foi redigido um abaixo-assinado solicitando “a elaboração de estudo para a preservação e tombamento do bairro Santa Tereza” a fim de reforçar a consolidação do bairro como área de patrimônio cultural da cidade. Foi aberto o processo de tombamento pela Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha e pela CDPCM-BH em 13 de setembro de 1996 e aprovou a abertura do processo de proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza. Contudo, o processo permaneceu arquivado, uma vez que em 2000, com a regulamentação da ADE, entendeu-se que a restrição à verticalização do bairro em certa medida já garantia a sua proteção e de seus bens. Apenas dezessete anos depois, em 20 de novembro de 2013, foi encaminhado ao CDPCM-BH um novo abaixo-assinado, contendo 1640 assinaturas, no qual se reiterava o pedido para a proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza. O novo pedido fundamentou-se na constatação de que “as ações de proteção dos bens culturais do bairro não podem ser resumidas ao instrumento da ADE e que suas características, na verdade, não têm impedido o processo de verticalização e o adensamento populacional da área” (17). Em vista de tal pedido, a Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha concluiu o inventário do bairro e elaborou o seu dossiê de proteção tendo seu inventário concluído.

Estas composições estão indicadas no mapa (Figura 01) e refere-se a aglomerações que se formam ao longo dos trajetos referenciais ou, ainda, em virtude de ambiências de grande representatividade, constituídas pela concentração de edificações consideradas como referências arquitetônicas e simbólicas, relacionadas ao modo de vida do bairro.

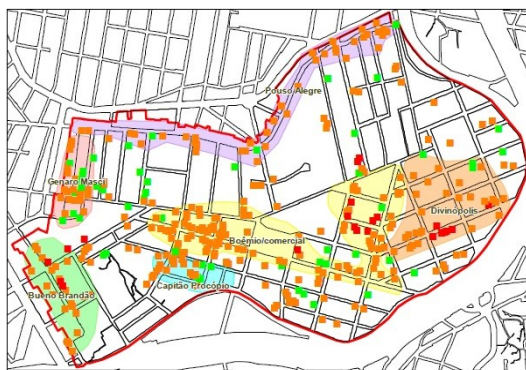


Figura 01: Mapa elaborado por MAGNI T. a partir de dados da PBH e DPAM, depois do tombamento definitivo do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza. Fonte: Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha.

Foram 292 edificações em abertura para tombamento bem como pela definição de proteção por registro documental de 58 edificações no Bairro.

A Vila Ivone

A Vila Ivone, um “conjunto dentro de um conjunto”, construída em 1910, constituída de onze casas seguindo o Eclesiasticismo de Primeira Fase, predominante nos primórdios da nova capital de Minas Gerais, foi protegida em 2017 pela Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha. A Vila sofreu adaptações desvirtuando e modificando suas características: ampliadas, acopladas, segmentadas, alterações de fachadas, carecendo de manutenção. Entretanto, foi preservada a conformação urbana de vila, mantendo a ambiência e solução urbanística adotada, resguardando o agenciamento e técnicas empregadas originalmente. A casa principal sofreu reformas objetivando manutenção e preservação. Consequentemente parte de sua estrutura originária foi alterada e removida clandestinamente. A Vila Ivone sobressai como remanescente de vilas que ainda sobrevivem contra a crescente degradação dos conjuntos urbanos e sua manutenção é uma forma de manter viva a memória de um estilo arquitetônico e nele a identidade de uma comunidade.

Segundo historiadores da Fundação Municipal de Cultura (FMC), através do site da Prefeitura de Belo Horizonte (18) as vilas representam um modo de viver e uma organização social característica de uma época. Atualmente no Brasil, o termo “vila” pode designar um conjunto de casas individuais pertencentes a um mesmo grupo familiar ou não, construídas em um terreno contínuo com uma entrada única e geralmente com uma pequena praça em comum formada devido a conformação urbana das casas – todas com as fachadas principais direcionadas para um centro.



Figura 02: Foto panorâmica Rua Hermilo Alves – Casa da Vila, nº 275. Fonte: Acervo próprio

A Cartilha

Para a realização deste trabalho na criação da cartilha de conservação preventiva com gestão participativa, foram selecionadas várias casa para um primeiro levantamento e reconhecimento. Levando em conta sua tipologia de uso, altimetria, estilo, tombamento, localização e importância histórica para o Bairro Santa Tereza.

Com um objetivo de conhecer o bairro e as casa tombadas, foram realizados levantamento fotográficos em várias unidades, com um intuito de ter, em mãos, uma maior variedade de possíveis casos para trabalho da elaboração da cartilha. Esta lista que ainda poderá ser modificada de acordo com as necessidades levantadas pela Associação de Bairro de Santa Tereza ou o Movimento Salve Santa Tereza, além dos próprios moradores e sua vontade de participar do projeto. No total foi feito um levantamento fotográfico de 33 casa variadas em 10

localizações distintas do Bairro. Além destas casas, tem-se a Vila Ivone, localizada na Rua Hermilo Alves, e o primeiro caso de estudo para a elaboração da cartilha.

Indicadas para tombamento: Rua Adamina nº146; Rua Angelo Rabelo nº118, nº43, nº29, nº99; Rua Eurita nº471, nº62, nº114, Rua Estrela do Sul nº221, nº211; Rua Gabro nº111, nº41; Rua Mármore nº144, nº285, nº270, nº252, nº196, nº194; Praça Duque de Caxias nº216, nº238, nº288. Tombamento definitivo: Rua Bom Despacho nº391; Rua Bueno Brandão nº84, nº108, nº130, nº388; Rua Capitão Procópio nº18; Rua Hermilo Alves nº252, nº275 – a vila Ivone, nº385, nº436; Rua Tenente Fritas nº261; Rua Mármore nº383, nº613.

A Cartilha educacional de conservação preventiva participativa é um instrumento orientador que define as grandes linhas teóricas e práticas no que diz respeito às ações propostas para um projeto de conservação preventivo e sobre a importância deste ato; e foi a consequência da necessidade de respostas e de fomentar a valorização do patrimônio cultural arquitetônico e urbano regional nas comunidades locais, buscando incentivar atitudes positivas de preservação e conservação dos bens da região do bairro e da capital. Permitindo a participação do grupo familiar vivendo no bem tombado expor suas necessidades, além de uma explicação da sua história e do patrimônio na Capital, tem-se uma efetiva cooperação entre o público e o privado para a contribuição para a preservação da história de Belo Horizonte. Com isso, cria-se a sensação de orgulho pelo trabalho realizado, pela sua história na qual protege, e ainda pela aproximação da prefeitura e da população.

É importante que os termos conservação, restauração e preservação estejam claramente distintos na cartilha e durante os encontros realizados para o uso da gestão participativa na construção da mesma. Quando então é mencionada a conservação preventiva, tem-se uma definição de um conjunto de ações de preservação e restauração. Visando prevenir e retardar a degradação é o estudo e o controle das principais fontes de deterioração através das patologias. No Brasil, as práticas de conservação preventiva, restauro ou manutenção permanente do bem tombado não são atitudes comuns adotadas por maioria da parcela da população. Ainda há um pensamento de que derrubar e construir algo novo é a melhor opção econômica e prática. Recorrer à restauração geralmente vêm quando o imóvel já está em condições deploráveis, em estado de risco de ceder ou grande nível de degradação. Conceitos como o da prevalência da conservação sobre a restauração ainda são escassos até nos meios acadêmicos, o que pode se dizer ainda mais raros para a população que não possui acesso a informações sobre tombamento ou patrimônio (19).

A fase mais importante desse processo é a do diagnóstico (20) que, se for equivocado, implicará em intervenções, dificultando estudos futuros, além de inútil gasto de dinheiro. Nas fases iniciais do estudo será preciso trabalhar com hipóteses, verificando sua veracidade. Após uma verificação do estado atual em que se encontram as casas, pode-se perceber suas condições em relação aos seus sistemas construtivos, mudanças ocorridas em suas volumetrias e esquadrias e seus vários revestimentos internos e externos. Será realizada a utilização de uma planilha de estudos para preenchimento durante vistorias realizadas e que permitirão a elaboração de um quadro de patologias encontradas, um diagnóstico mais preciso e levantamento de manutenções necessárias. Não apenas patologias que já existem, mas principalmente as que podem iniciar alterações no seu sistema estrutural e materiais que sofrem com problemas comumente encontrados na capital.

Com uma exposição mais focada num estilo de cartilha que será produzida como um dos resultados principais desta pesquisa; a utilização de termos de simples entendimento para as pessoas é de grande importância. O que é, para quem serve e para quem é direcionada, a escolha

de suas palavras utilizadas e por que, e a criação de um instrumento de uso de fácil acesso para aqueles que querem agir. É com uma apresentação da metodologia utilizada na sua criação e os aspectos que a tornaram possível. Nas fases iniciais do estudo será preciso trabalhar com hipóteses, verificando sua veracidade. Com este estudo, uma grade de patologias encontradas pode ser montada e um diagnóstico pode ser adquirido. Realizando visitas de campo e vistorias para levantamento fotográfico, tem-se um mapa de patologias encontradas. É através deste conhecimento que se inicia a ideia da conservação preventiva e será junto à comunidade desenvolvido o mapa dos danos, das causas e entendidas as patologias consequentes que estas podem dar ao longo do tempo. Fundamental a participação da comunidade nesta fase do levantamento para “conhecer” e “reconhecer” as suas habitações sobre um novo olhar. Também para uso da elaboração da cartilha através da planta de restauro, há a criação de um laudo de diagnóstico das patologias, com fotografias e estudo de caso, além de elaboração de uma medida de conservação a fim de tratar a patologia em questão.

Esquema para elaboração da cartilha. Principais pontos discutidos e abordados: Conforto imediato; Praticidade dos moradores; Segurança das casas; → Patologias comuns; Diagnóstico simples e de fácil entendimento; Análise e vistorias do exterior e interior; → Economia; Custo baixo e pouco tempo de obra; Valorização.

Conclusão

Em um trabalho criado e posto em prática através da gestão participativa da população, vê-se a ligação imediata com a Prefeitura de Belo Horizonte como a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte – FMC-BH, as associações de bairro independentes que preservam sua história como a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza e o Movimento Salve Santa Tereza; pelos professores e alunos da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, contribuindo à produção de conhecimento e acumulação de experiência da universidade. A cartilha é portanto concebida para ser uma proposta prática de técnicas e produtos a serem utilizados para prevenção e eventual eliminação das causas de patologias definidas na base de um diagnóstico, encontradas nas casas. Serão evidenciados para os usuários os benefícios econômicos concretos da prevenção embasados em propostas reais de técnicas e soluções que permitam a manutenção das edificações. Divide-se em três macrocapítulos: a) análise e levantamento das patologias; b) diagnóstico e avaliação das causas; c) propostas de técnicas de intervenção preventivas e conservativa. Tem-se a concepção de implementação de um modelo inovador de gestão preventiva, na qual o proprietário e a comunidade são protagonistas ativos no encontro de soluções práticas ao degrado do contexto urbano, na base de uma avaliação de interesse, social e econômico.

Alem disso, através da cartilha, esta sendo elaborado a ideia de uma produção de material interativo e de uma identificação física das casas tombadas com placas públicas que contam a história da casa, da região e da rua. Tem-se definido assim um mapa e um percurso simbólico onde a própria comunidade e o visitante possa tomar consciência da importância histórica e social daquele determinado bem, sensibilizando os proprietários das edificações tombadas sobre a necessidade da prevenção e da conservação. Acreditamos que só na tomada de consciência deste valor social, possamos construir e idealizar políticas de conservação sustentável do patrimônio na cidade contemporânea. A cartilha, neste sentido, representa uma contribuição relevante e concreta a esta reflexão.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Arquiteto Mario Fundaró, que tornou possível a realização deste trabalho. A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção. E a Faculdade Federal de Minas Gerais pelo apoio e suporte.

Bibliografia

- (1) CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural – Conceitos, Políticas, Instrumentos*; 2009
- (2) AGIAR, José. *Cor E Cidade Histórica. Estudos Cromáticos E Conservação Do Patrimônio*. 2005. PEARCE, David. *Conservation Today*. 2007
- (3) MENDES DE SÁ, Bruna Aparecida. COSTA, Maria Helena Resende. *Dossiê De Tombamento Vila Ivone*. Diretoria de Patrimônio Cultural. Fundação Municipal de Cultura; Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. Março de 2017.
- (4) CORREIA, Miguel Brito. LOPES, Flavio *Patrimônio Arquitetônico E Arqueológico: Cartas, Recomendações E Conveções Internacionais*. 1999.
- (5) (6) (7) (8) PBH, Prefeitura de Belo Horizonte. *Diário Oficial Do Município – CDPCM-BH*. Disponível em <<http://portalpbh.pbh.gov.br>> Acesso em 21/10/2017
- (9) IPHAN. *Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural*. 2015. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em 21/10/2017
- (10) Censo 2010. <http://populacao.net.br/populacao-santa-tereza_belo-horizonte_mg.html#> e PBH, Prefeitura de Belo Horizonte - <<http://portalpbh.pbh.gov.br/>>. Acesso em 28/01/2018
- (11) BARRETO, Abílio. *Memória Histórica e Descritiva: História Antiga e História Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 254. LIMA, Fábio José Martins de. *Belo Horizonte: Um Passo de Modernidade*. Salvador: S., 1994. Dissertação de Mestrado – FAUFBa.
- (12) GONZALES-VARAS, Ignacio. *Conservacion De Biens Culturales – Teoría, Historia, Principios Y Normas*; 2003
- (13) SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. MAGNI, Teodoro. CORTINA, Bruno Leite. *Dossiê De Tombamento Conjunto Urbano Santa Tereza*. Diretoria de Patrimônio Cultural. Fundação Municipal de Cultura; Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. Março de 2015
- (14) art. 255 – VI – Constituição Federal de 1988
- (15) ACBST. TEREZA, Associação Comunitária Bairro Santa Tereza. *Manuscrito Do Movimento Salve Santa Tereza*. 2013.
- (16) Diretoria de patrimônio. *Texto Base; áreas Diretrizes Especiais ADE*.
- (17) ACBST – Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza. Disponível em: <<http://santaterezatem.com.br/>> Acesso em 21/10/2017
- (18) Portal Prefeitura de Belo Horizonte. Copyright <<http://portalpbh.pbh.gov.br>> Acesso em 21/10/2017
- (19) Referências no site www.ruibarbosa.gov.br e MANUAL DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA no http://www.ia.unesp.br/Home/Administracao/manual_cons_prevent.pdf
- (20) MANUAL DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA PARA EDIFICAÇÕES. IPHAN. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em 21/10/2017